



## UMA BREVE ANÁLISE ACERCA DA DITADURA MILITAR NO BRASIL 1964-1985

Doi: 10.4025/8cih.pphuem.3929

Patrícia Yuri Martins Aoqui, UEM  
Ângelo Priori, UEM

### Resumo

O presente artigo tem como objetivo realizar uma breve análise sobre a história política da Ditadura Militar brasileira que ocorreu entre os anos 1964-1985. Entretanto, ganhará mais destaque os anos 1964 e 1965 o qual é o tema dessa pesquisa. O objetivo deste projeto é analisar a Doutrina de Segurança Nacional, os desdobramentos ocorridos a partir dela, as táticas militares em função da mesma e, por fim, os primeiros processos de repressão política.

### Palavras Chave:

Ditadura Militar.  
Doutrina de Segurança  
Nacional. Táticas  
Militares. Processos.  
Repressão.

## Introdução

Entre os anos 1964 a 1985, ocorreu a Ditadura Militar no Brasil, a qual fora caracterizado pela restrição dos direitos institucionais dos cidadãos, adição de Atos Institucionais e a imposição da Doutrina de Segurança Nacional, com a função de legitimar o regime militar. Durante grande parte da Ditadura Militar, a ausência da democracia fora algo visível. Foram aplicados métodos de censura, perseguição política, torturas e suspensão dos direitos constitucionais àqueles que se posicionavam contra as ideologias do regime.

O estudo em questão se insere dentro das discussões sobre a Ditadura Militar no Brasil, buscando problematizar questões e informações importantes presentes nos documentos IPMs Zona Norte do Paraná. O qual é tema do projeto de iniciação científica desenvolvido até então. O projeto: “O IPM Zona norte do Paraná: o regime militar e repressão.” tem como objetivo analisar como foram montados os primeiros processos de repressão política durante a Ditadura Militar no Brasil, dando ênfase aos casos ocorridos no Estado do Paraná. O mesmo fora dividido em três artigos, sendo este o primeiro.

Com base para este primeiro artigo foram utilizados obras como: projeto “*Brasil: Nunca Mais*” de [Paulo Evaristo Arns](#) e “*Estado e Oposição no Brasil*” de Maria Helena Moreira Alves, entre outras obras as quais estão presentes nas referências bibliográficas. O objetivo central deste trabalho é obter compreensão e uma pequena análise sobre o regime ocorrido entre os anos 1964-1985, para que os fatos sucedidos no período jamais sejam esquecidos e, principalmente, repetidos. Serão apontadas questões sobre a Ideologia de Segurança Nacional aplicada durante o regime, seus desdobramentos, as torturas, a repressão política e o golpe de estado. Portanto, para este artigo, as discussões

sobre a História Política são de grande valia, pois permitem enfatizar aspectos da pesquisa relacionados com os acontecimentos do período.

Retratar a história política com uma nova forma de abordagem nem sempre foi algo comum. Fora somente a partir da década de 1970 que, novos temas foram inseridos no meio historiográfico através da *école des annales* (Escola dos Annales). Tal escola passou a identificar como fontes todos os tipos de documentos – ou seja, para eles, tudo era documento -- ainda que seus anteriores, os positivistas, somente caracterizavam como documentos aqueles que fossem oficiais. A mudança no campo historiográfico acarretou diversos meios de pesquisa, entre elas, a história política que, até então, só se preocupava em analisar as grandes personalidades. A história política estuda, acima de tudo, os grandes fatos. É possível entendê-la através dos acontecimentos econômicos e sociais, destacando as características políticas ocorridas naquele momento. A Nova História fez com que a história política não se privasse somente aos grandes fatos e, também, que seu caráter não seja somente linear. Os historiadores políticos devem analisar, segundo René Rémond, temas já tradicionais como: partidos, eleições, guerras ou biografias, entretanto, é necessário uma análise com uma nova perspectiva, ou seja, novos objetos para serem utilizados como por exemplo a opinião pública, a mídia ou o discurso.

No Antigo Regime, a história era naturalmente ordenada tendo em vista a glória do soberano e a exaltação da monarquia. As revoluções que derrubaram os regimes monárquicos não destronaram a história política de sua posição preeminente, apenas mudaram seu objeto. Em vez de fixar-se na pessoa do monarca, a história política voltou-se para o Estado e a nação, consagrando daí em diante suas obras à formação dos Estados nacionais, às lutas por sua unidade ou emancipação,

às revoluções políticas, ao advento da democracia, às lutas partidárias, aos confrontos entre as ideologias políticas. (RÉMOND, 2004, p. 15)

A partir da História Política e outros aspectos definidos por René Remond, é possível dar ênfase ao tema desta pesquisa: a Ditadura Militar de 1964 no Brasil. Uma vez que, a partir dela, novos documentos foram inseridos nos meios de pesquisas, a compreensão dos fatos se torna viável, pois estão disponíveis: documentários, filmes, entrevistas entre outras formas de documentos que, até então, não eram considerados “documentos oficiais”.

### **Ditadura militar no brasil**

Durante os anos 1964-1985, o Brasil viveu uma Ditadura Militar. Para que haja uma melhor compreensão dos fatos e, também, para que o mesmo não se repita, é necessário que a história não seja esquecida. O período retratado fora marcado através da condução da política brasileira pelos militares.

Marcos Napolitano retrata em sua obra: *1964 - História do Regime Militar Brasileiro*, que no final de março de 1964 ocorreu o golpe de Estado o qual derrubaria João Goulart da presidência do Brasil e que a conquista dos militares serviu de exemplo e modelo para a imposição de outros golpes e regimes militares em diversos países da América Latina. E para compreender a atual condução dos assuntos políticos brasileiros é necessário ter em vista os caminhos que levaram os militares ao poder na década de 60.

O país estava vivendo um momento conturbado desde os anos 50 que, no contexto histórico, ocorria a Guerra Fria a qual, interferia, diretamente ou não, na política interna de diversos países, entre eles, o Brasil. A política passou a adquirir aliados para combater o “inimigo interno”, os quais eram identificados como comunistas ou aqueles

vinculados ao comunismo. Entretanto, o inimigo interno era a oposição política que permanecia existente. Fora propagado à população brasileira a ideia de que tais inimigos poderiam agir silenciosamente prejudicando o país. Estes poderiam ser perigosos e, assim, era preciso combatê-los, portanto, somente o poder militar poderia agir em prol do perigo comunista. E este foi o principal argumento utilizado pelos militares para a tomada do poder, a imposição do Estado Autoritário e a utilização dos mecanismos repressivos. Outros argumentos utilizados pelos militares foram de que somente eles poderiam “salvar” o país das mãos dos comunistas, e também que para manter a ordem, pois para continuar com o sistema “conservador” o governo militar era o sistema ideal para realizar tal doutrina.

Há um debate acerca do dia exato que os militares chegaram ao poder, para alguns autores como Napolitano, fora no final de março, entretanto, para o Projeto Brasil: Nunca Mais, a tomada do poder pelos militares ocorreu no dia 01 de abril de 1964. Conquistando a condução da política brasileira, o regime militar obteve autoridade para fazer mudanças significativas na Constituição, impor o autoritarismo com o objetivo de manter a “ordem” no país e, principalmente, livrar-se dos “inimigos internos”. Apesar de ser caracterizado como um regime democrático, os direitos previstos pela Constituição à população estavam sendo violados, contudo, a “democracia” existia somente no imaginário militar.

Uma das reflexões possíveis que tange a especificidade do governo militar brasileiro refere-se à forma como o regime autoritário foi planejado e, sobretudo arquitetado no país. Foi carimbado, flagrantemente, por uma ambiguidade inculcada por seus dirigentes que, mesmo no exercício de um regime de exceção, procuravam legitimá-lo e caracterizá-lo como sendo um sistema de governo democrático.

(BRUNELO, 2009. p. 32)

Os instrumentos de exceção utilizados pelo Estado Autoritário tinha o objetivo de silenciar a oposição e como Ângelo Priori se refere no prefácio da obra de Brunelo: todos aqueles que pudessem questionar o status quo estabelecido. Entre os instrumentos de exceção é possível citar alguns como: o autoritarismo, a repressão, a censura e a tortura. Os atos praticados possuía a justificativa de que agiam em prol da defesa da Segurança Nacional.

O Estado Autoritário aperfeiçoava suas medidas, podendo assim, colher diversas informações dos indivíduos que se posicionavam contra o governo. Tais indivíduos, muitas vezes, foram considerados como opositores por se posicionarem aos conceitos de esquerda.

### **Doutrina de segurança nacional**

A Doutrina de Segurança Nacional<sup>1</sup>, no Brasil, impôs a ideia da existência de um inimigo interno que possivelmente estaria infiltrado na sociedade brasileira com o objetivo de desenvolver uma república baseada em ideologias comunistas. Portanto, era necessário, na visão do regime, abater os inimigos do convívio social, pois somente assim, o país estaria salvo.

Para compreender a Doutrina de Segurança Nacional e Desenvolvimento é necessário, primeiramente, entender a Escola Superior de Guerra. Essa análise é importante para a compreensão do desenvolvimento do Estado de Segurança Nacional e das reações dos detentores do poder aos desafios da oposição.

A Escola Superior de Guerra foi fundada em 1949, com a assistência de consultores franceses e norte-americanos, para treinar "pessoal de

alto nível no sentido de exercer funções de direção e planejamento da segurança nacional". Seu papel foi ampliado no mesmo ano, passando a incluir o desenvolvimento de um "método de análise e interpretação dos fatores políticos, econômicos, diplomáticos e militares que condicionam o conceito estratégico". O desenvolvimento de teorias da guerra fria resultou em ênfase para a interpenetração de fatores políticos, econômicos, filosóficos e militares na formulação da política nacional, passando-se a dar crescente prioridade ao adestramento em teoria do desenvolvimento. (ALVES, 1984. p. 24)

A ESG não contava somente com militares. Civis da alta classe também faziam parte da escola. Segundo Maria Helena Moreira Alves, entre 1950 e 1967, 646 dos 1.276 graduados na ESG foi civil. Após a tomada do poder pelos militares, muitos graduados da ESG ocuparam cargos importantes nas instituições políticas e econômicas brasileiras. Os membros da escola recorriam para desenvolver projetos e traçar planos e diretrizes de políticas governamentais alternativas, ou seja, surge nesse instante planos para o desenvolvimento de um novo Estado. Um desses planos fora a imposição de um Manual Básico, formulado pela ESG, que mudaria as grades curriculares de escolas e universidades. O Manual Básico estabelece ainda uma distinção entre o que define como a formulação de uma "doutrina política geral aplicável ao país" como um todo, a "doutrina militar" e a "doutrina de informação". A "doutrina política" será desenvolvida com exclusividade e "absoluta liberdade na sua especulação e formulação" pelo Curso Superior de Guerra da ESG. (ALVES,

<sup>1</sup> Segundo Maria Helena Moreira Alves, as origens da ideologia segurança nacional no Brasil teve seu início no século XIX. Tais ideologias estão

vinculadas à geopolítica, ao antimarxismo e às tendências conservadoras do pensamento social católico.

1984. pg. 35).

A ESG formulou, recepcionou e teorizou a Doutrina de Segurança Nacional, onde forneceu doutrinas e ideologias para a imposição do regime militar em 1964. Maria Helena Moreira Alves descreveu o que fora a DSN:

Trata-se de abrangente corpo teórico constituído de elementos ideológicos e de diretrizes para infiltração, coleta de informações e planejamento político-econômico de programas governamentais. Permite o estabelecimento e avaliação dos componentes estruturais do Estado e fornece elementos para o desenvolvimento de metas e o planejamento administrativo periódicos. (ALVES, 1984. p. 35)

Para justificar a imposição de um sistema de controle e dominação, a Doutrina de Segurança Nacional, era vista como a defensora da população dos possíveis ataques comunistas e, essa defesa somente seria possível através do regime militar. A Doutrina não implica ao apoio das massas para a legitimação do seu poder e nem tenta obter este apoio, entretanto, o medo pelo desconhecido imposto na população pelo *slogan* governamental ao combate do “inimigo interno”, permite que o regime impusesse políticas repressivas e uma ideologia de dominação de classe.

Para anunciar o perigo e os possíveis “ataques comunistas” em 64, a mídia fora importante. A propaganda política ganhou espaço no regime militar, pois fora através dela que a manipulação da mentalidade da sociedade brasileira foi realizada obtendo, em grande parte, seu êxito. Segundo o projeto Brasil: Nunca mais, praticamente toda a classe média e setores importantes dos trabalhadores rurais e urbanos estavam ganhos pela

propaganda anticomunista.

O slogan governamental “segurança com desenvolvimento” associa o desenvolvimento capitalista associado-dependente à defesa da segurança interna contra o “inimigo interno”. Por sua vez, esta ênfase na constante ameaça à nação por parte de “inimigos internos” ocultos e desconhecidos produz, no seio da população, um clima de suspeita; medo e divisão que permite ao regime levar a cabo campanhas repressivas que de outro modo não seriam toleradas. (ALVES, 1984 p. 27)

O Autoritarismo ganhou força e se institucionalizou quando foram publicados os Atos Institucionais que mudou, em grande parte, a constituição brasileira dando privilégios ao governo militar. Dentre os 17 Atos Institucionais criados, o que mais ganhou destaque durante a história do regime militar brasileiro fora o de nº 5.<sup>2</sup>

Os poderes atribuídos ao Executivo pelo Ato institucional nº 5 podem ser assim resumidos: 1) poder de fechar o Congresso Nacional e as assembleias estaduais e municipais; 2) direito de cassar os mandatos eleitorais de membros dos poderes Legislativo e Executivo nos níveis feral, estadual e municipal; 3) direito de suspender por dez anos os direitos políticos dos cidadãos e reinstituição do “Estatuto dos Cassados”; 4) direito de demitir, remover, aposentar ou pôr em disponibilidade funcionários das burocracias federal, estadual e municipal; 5) direito de demitir ou remover juízes e suspensão das garantias ao Judiciário de vitaliciedade, inamovibilidade e estabilidade; 6) poder de decretar estado de sítio sem qualquer dos impedimentos fixados na Constituição de 1967; 7) direito de

<sup>2</sup> O Ato Institucional de nº 5 foi publicado em 13 de dezembro de 1968 durante o governo militar de Arthur Costa e Silva.

confiscar bens, como punição por corrupção; 8) suspensão da garantia de habeas-corpus em todos os casos de crime contra a Segurança Nacional; 9) julgamento de crimes políticos por tribunais militares; 10) direito de legislar por decreto e baixar outros atos institucionais ou complementares; e finalmente 11) proibição de apreciação pelo Judiciário de recursos impetrados por pessoas acusadas em nome do Ato Institucional nº 5. (ALVES, 2005, p. 161).

Os Atos Institucionais não foram criados somente para neutralizar as forças da oposição. Tinham também o objetivo de controlar a atuação política da direita. Segundo Brunelo, ocorreram infiltrações nas organizações clandestinas de esquerda pelos agentes da política que praticaram torturas e até mesmo assassinatos. A cultura militar passou a ser destinada ao serviço de observar e controlar os cidadãos brasileiros, em especial, os comunistas. E, com o desenvolvimento da Escola Superior de Guerra (ESG) em 1940, os militares passaram a obter um maior contato com a Doutrina de Segurança Nacional (DSN).

### **Repressão e tortura**

As práticas de torturas e violações de direitos humanos por agentes do Estado estão presentes no Brasil em diferentes momentos. Durante o século XX, o país entra em uma ditadura militar e, tais práticas ficaram evidentes por seu caráter sistemático e recorrente. Neste período, intelectuais; estudantes; políticos e todos aqueles que agiam “contra” a forma de governo praticada pelo regime, sofreram diversas formas de torturas praticadas, em grande parte, por militares.

É importante lembrar que a política sistemática de tortura não era algo desconhecido. A Justiça Militar brasileira tinha consciência dos atos praticados, não somente ela, como também, uma pequena parcela da sociedade brasileira. Entretanto, o emprego generalizado de

torturas provou que tal método não era eficiente, pois, uma vez que os acusados estavam sob um estado inconsciente, muitos não sabiam ao menos o que estavam relatando. Marcio Moreira Alves, em sua obra: Torturas e torturados (1966), declara que muitos presos não sabiam nada, enquanto outros nada disseram ou porque não lhes foi dado tempo e descanso ou, não lhes foram sequer feitas perguntas objetivas e concretas. No Brasil, a tortura fora praticada sem, muitas vezes, uma justificativa. Os torturadores, nem sempre buscavam retirar informações dos presos políticos. Em diversos casos, a tortura fora praticada como forma de controlar a população.

Buscavam informações secundárias, procuravam envolver inimigos políticos que os torturadores ou seus grupos não conseguiam incriminar de outra forma. Por vezes não tinham objetivo algum ou visavam, simplesmente, a que o torturado confessasse suas ligações com o partido comunista. (ALVES, 1966, p. 22)

Após a instauração do regime militar nos comandos políticos da nação brasileira, a “Operação Limpeza” e os IMPs (Inquéritos Policiais-Militares) foram desenvolvidos. Estes tinham como objetivo reprimir e desarticular os setores que se posicionavam contra o governo. A partir de 1969, a estrutura de repressão foi reorganizada em novos moldes como, por exemplo, a Operação Bandeirante, em São Paulo e também a Operação Marumbi, no Paraná. Tais operações criaram uma nova estrutura para a repressão, sob o comando das Forças Armadas.

A repressão ganhou mais força com a criação do CODI-DOI, em Janeiro de 1970. E, no segundo semestre deste mesmo ano, o CODI-DOI se estendeu, instalando-se em diversas áreas do país. Nestes órgãos, diversas formas de torturas foram aplicadas. Entretanto, destacarei somente alguns deles. Um dos instrumentos de tortura mais conhecidos

fora o “pau-de-arara” descrito por Augusto César Salles Galvão, estudante, 21 anos:

(...) consiste numa barra de ferro que é atravessada entre os punhos amarrados e a dobra do joelho, sendo o “conjunto” colocado entre duas mesas, ficando o corpo do torturado pendurado a cerca de 20 ou 30 cm do solo. Este método quase nunca é utilizado isoladamente, seus “complementos” normais são eletrochoques, a palmatória e o afogamento(...) (BNM,1988. p.15).

Outro método fora o da “geladeira”, onde a vítima era colocada totalmente nua dentro de um ambiente de temperatura baixíssima e dimensões reduzidas. Neste local, havia efeitos sonoros capazes de provocar distúrbios psicológicos mentais.

Enfim, diversos tipos de instrumentos foram utilizados pelos torturadores: insetos e animais, produtos químicos, cadeiras com cargas de energias, entre outros. Mulheres, gestantes e crianças também sofreram com os horrores da tortura praticada no Brasil.

As instituições destinadas às práticas de torturas possuíam um método para que marcas físicas não fossem visíveis nos corpos dos presos políticos. Em um documento do DOI-CODI, foi possível analisar a seguinte frase: “Forçar a barra, porém, sem deixar marcas” (BNM,1988. pg. 223). Portanto, é possível concluir que, os métodos de torturas foram bem planejados, esquematizados e regrados; tudo para que não fossem encontradas “provas” da execução de lesões corporais. Entretanto, em alguns casos, as sequelas causadas pela tortura física foram permanentes.

Ainda que as lesões corporais, praticadas como forma de tortura, não ficassem fisicamente visíveis nos corpos

dos presos políticos, torna-se impossível afirmar que não existiu nenhum tipo de sequela. A grande maioria dos sobreviventes sofrem até os dias de sua morte com lembranças e, em muitos casos, distúrbios psicológicos. Há relatos, de indivíduos que foram torturados durante a ditadura militar, que ainda nos dias de hoje sofrem com o trauma e as lembranças dos horrores praticados na época.

Militares tornaram-se principais agentes da tortura, entretanto, não foram somente eles responsáveis pela mesma. O regime militar contou com a participação direta de médicos e enfermeiros. Estes tinham a função de fornecerem laudos falsos, acobertar sinais de tortura e ocultavam a verdade sobre a morte do indivíduo. Grande parte dos laudos necroscópicos indicavam outras causas que justificariam o óbito: suicídios, atropelamentos, acidente, mortes em tiroteios, omitindo assim, as evidências de tortura. Muitos cadáveres foram ocultados – geralmente com ajuda dos médicos – para que as famílias não encontrassem os corpos e percebessem os sinais de torturas. É possível dar ênfase ao caso do jornalista Wladimir Herzog, o qual foi assassinado pelo regime, porém, em seu lado fora declarado que seu óbito se deu devido a uma “asfixia, por constrição do pescoço”<sup>3</sup>.

Enfim, a repressão e a tortura violaram diversos itens dos direitos humanos, provocando danos diretos e indiretos nas vítimas e em seus familiares, – tal aparato também causava sofrimento nas famílias dos presos políticos – sendo eles danos físicos e psicológicos. Nem todos os casos foram oficialmente reconhecidos, embora exista investigação, há ainda muitas informações ocultas a serem desvendadas. Contudo, é certo que grande parte dos casos oficialmente reconhecidos foi de indivíduos que

<sup>3</sup> Retirado do livro Brasil: Nunca Mais / Cardeal Arns, 1988. pág. 235.

fizeram parte de organizações de oposição ao regime.

### Conclusão

Este trabalho consiste em uma breve análise acerca da Ditadura Militar no Brasil 1964-1985. Nele foi possível analisar questões referentes ao período em que os militares conduziram os assuntos políticos no país; quais foram às justificativas da imposição do autoritarismo pela Doutrina de Segurança Nacional; o medo e aversão ao “inimigo interno” imposto à sociedade pelo regime, e por fim, a tortura utilizada como instrumento repressivo.

O mesmo consiste em um dos desdobramentos de um projeto maior intitulado: “O IPM Zona norte do Paraná: o regime militar e repressão.”, cujo desenvolvimento está em andamento. Entretanto, esta análise não limita outros estudos que abrangem a mesma temática.

### Referências

ALVES, Márcio Moreira. Tortura e torturados. Rio de Janeiro: Idade Nova, 1966.

ALVES, Maria Helena Moreira. Estado e oposição no Brasil: (1964-1985). 2ª. ed. Bauru: Edusc, 2005.

ARNS, Dom Paulo Evaristo. Um relato para a história: Brasil: nunca mais - 20 ed. - Petrópolis - RJ: Vozes, 1988.

BRUNELO, Leandro. Repressão política na terra das araucárias: a Operação Marumbi em 1975 no Paraná. 2006. 151 f. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em História. Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2006.

COMBLIN, Joseph. A ideologia de segurança nacional: o poder militar na América Latina. Trad: Veiga Fialho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980.

NAPOLITANO, Marcos. 1964: História do Regime Militar Brasileiro. 1 ed. São Paulo: Editora Contexto, 2014.

RÉMOND, René (org.). Por uma História política. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.